

A QUESTÃO DA HEGEMONIA REGIONAL: Piauí (1960-2000) por Francisco Pereira de Farias*

Em sua análise da fase do capitalismo financeiro, Nicos Poulantzas afirma que o capital comercial tende a estar subordinado ao capital industrial, que com frequência possui suas próprias redes de distribuição. Assim, se o capital comercial intervém na competição intercapitalista, ele não detém nem a preponderância econômica nem a hegemonia política.¹

Se essa caracterização do capital comercial é justa no plano nacional, porém, no plano regional pode ocorrer o domínio desse capital, especialmente em área periférica do país. É isso que procuramos mostrar no caso do estado do Piauí.

1 A preponderância econômica

Com a conversão do capital mercantil exportador em capital mercantil de mercado regional, a partir dos anos de 1950, construíram-se as estradas para a chegada do novo capital comercial, que transaciona os bens industriais provenientes do Centro-Sul do país. Já a partir dos anos de 1960, o novo capital comercial (comércio varejista) supera o capital mercantil (comércio atacadista).²

Desde então, o novo capital comercial passou a uma posição dominante na economia do Piauí. Como mostram os quadros abaixo, nas décadas de 1970/1980, o setor de serviços, liderado pela atividade comercial, partindo de um nível importante de participação no Produto Interno Bruto (PIB), teve uma taxa de crescimento mais elevada não apenas que os outros segmentos econômicos locais, mas também que a média regional e a nacional dentro do setor.

Quadro 1 - Composição do PIB – Piauí: 1970, 1975, 1980 e 1983 (%)

Anos	Agricultura	Indústria	Serviços	Total
1970	27.3	24.0	48.7	100.00
1975	29.2	17.5	53.3	100.00
1980	22.6	18.9	58.5	100.00
1983	11.8	19.2	69.0	100.00

Fonte: Oliveira, 1990, Tab. AI-1c.

Quadro 2 - Taxa de crescimento do PIB, 1970-1983. Piauí, Nordeste e Brasil (%)

	Agricultura	Indústria	Serviços	Total
PI	1.8	6.7	11.5	8.5
NE	3.7	8.2	9.1	7.8
BR	5.8	6.6	7.7	6.7

Fonte: Oliveira, 1990, Tab. AI-1d.

Em 1982, os setores primário e secundário participam, em média, com 20% e 11%, respectivamente, no total da arrecadação do Imposto de Circulação de Mercadorias (ICM) no estado, enquanto o setor terciário contribui com 69% dessa arrecadação, destacando-se o comércio varejista.³

Vários fatores contribuem para o domínio do capital comercial no Piauí periférico. A partir dos anos de 1960, a região Nordeste passou por um processo de industrialização, ainda que se trate de uma indústria dependente da tecnologia e das finanças da economia de São Paulo. Mas nem todos os estados do Nordeste foram integrados a essa expansão do capital produtivo na região. Se Bahia e Pernambuco formaram uma burguesia industrial interna importante, ao menos até os anos de 1980 (tendo em vista que, em seguida, o ciclo neoliberal destruirá certas indústrias estratégicas nesses estados), os estados de Sergipe e Piauí não conseguiram mobilizar as forças para tal transformação. É nesse sentido que se diz que esses últimos estados são "atrasados". Ora, a outra face desse atraso capitalista é a preponderância econômica e política do capital comercial no bloco de forças capitalistas desses estados. Cabe a indagação de por que esta prevalência do capital comercial.

A lei do desenvolvimento desigual do capitalismo - dado que a industrialização de um espaço se faz pelo domínio de certas economias periféricas onde as forças produtivas restam bloqueadas - é um elemento de explicação, mas não suficiente. É necessário que indiquemos os fatores que conduzem certas áreas à posição dominada. No caso do Piauí, esses fatores serão, sobretudo, o seu ciclo tardio de economia agroexportadora e a sua fraqueza política no quadro da federação nacional. A pouca força do

bloco agroindustrial interno não é senão que a outra face do poder do capital comercial.

Um ciclo de exportação agrícola, com base na borracha e óleo vegetal, teve início no Piauí no fim do século XIX, justamente no momento em que outros estados do Nordeste, como Pernambuco e Maranhão, redimensionavam suas economias exportadoras em direção ao mercado nacional. Essa diferença entre o tipo de burguesia mercantil – de mercado interno ou internacional – que dominava a economia agrícola sub-regional explica, em parte, a posição dominada do Piauí na cadeia do desenvolvimento capitalista regional. A dominação da fração mercantil interna permitiu certa diversificação das atividades econômicas, combinando melhor a agricultura, a indústria e a urbanização. Ao contrário, a dominação da burguesia internacional era mais “parasitária” das forças produtivas locais. Quando a economia agrícola do Piauí, em razão da crise da demanda internacional, deveria se redimensionar em direção ao mercado interno, as condições para fazê-lo eram menos favoráveis em face da competição dos outros estados na região. Finalmente, a economia do Piauí tornou-se, a partir dos anos de 1950, um satélite da economia de Pernambuco.

Mas devemos acrescentar outro elemento para melhor se compreender o atraso industrial do Piauí, uma vez que o estado do Ceará, que era um satélite de Pernambuco desde o fim do século XIX, conseguiu constituir, após os anos 1960/70, um considerável setor industrial, ao menos mais importante do que o do Piauí. É que os recursos políticos do bloco de forças econômicas do Piauí são menos fortes que aqueles do bloco do Ceará. Primeiro, este último estado tem um conjunto eleitoral mais largo, ao mesmo tempo em que construiu uma unidade político-parlamentar mais forte sob a liderança do chefe do executivo, o que dá mais eficácia às suas demandas no plano nacional. Segundo, as associações corporativas da burguesia do Ceará conquistaram uma participação mais forte de seus membros e, em consequência, elas puderam assumir um papel mais ativo na cena política local e nacional. Terceiro, o bloco econômico do Ceará soube romper com o discurso da “vocação agrícola” local.

O domínio do capital comercial impõe restrições ao parque produtivo da área periférica. Tal fração do capital não tem o interesse no desenvolvimento das

forças produtivas da periferia, pois isso a enfraqueceria como força distribuidora dos produtos do centro econômico.

2 A hegemonia política

As políticas governamentais – infraestrutura, crédito e impostos, administração, equipamentos sociais – privilegiam os interesses do capital comercial no estado.

O sistema de estradas pavimentadas, constituído a partir dos anos 1960/70, liga, sobretudo, as grandes cidades locais às estradas federais. As estradas rurais estão sempre em dificuldades, pois, sob a responsabilidade das municipalidades, estas não têm nunca os recursos para melhorá-las. A Associação dos Prefeitos do Piauí faz reiteradas críticas a esse sistema que favorece o transporte de produtos de outros estados, em detrimento da produção agrícola local.

O sistema de energia elétrica é também criticado pelos representantes do setor agrícola e pelos representantes da indústria urbana. Como em outros estados, uma usina hidroelétrica foi construída no Piauí durante os anos de 1960; mas, o governo local não foi capaz de praticar uma política de preços diferenciados, favorecendo o consumo produtivo de energia – como foi o caso no estado de São Paulo. No Piauí, os representantes do capital comercial – a Associação Comercial e a Câmara dos Dirigentes Lojistas – manifestaram uma forte oposição a uma política de preços diferenciados para a energia, ameaçando transferir suas atividades para outras regiões. Estes representantes argumentavam que uma prática de preços reduzidos para certos segmentos sociais implicaria necessariamente uma elevação de impostos locais, o que o comércio não estava “em situação de suportar”. O comércio aparece como o principal consumidor local de energia elétrica.

As condições de crédito foram favoráveis às atividades comerciais. O setor tornou-se o primeiro a beneficiar-se de linhas de crédito governamentais locais. Como mostra a análise das operações do banco local de desenvolvimento, o financiamento às empresas comerciais e de serviços (contabilizado sob a rubrica “crédito geral”) é bem mais elevado que os créditos para as empresas agrícolas ou industriais.

É verdade que os dirigentes do comércio manifestaram, durante diversas ocasiões, insatisfação com relação às taxas de impostos e ao limite do valor de créditos autorizados às

Quadro 3 - Banco do Estado do Piauí - Aplicações, 1973

Crédito	%
Industrial	22.7
Rural	29.6
Geral	44.5
Habitação	3.2
Total	100.00

Fonte: Mello, C., 1973, P.124.

empresas no banco estatal. Aparentemente, estamos diante do seguinte caso: se as políticas beneficiaram objetivamente o capital comercial, isso é feito sem o acordo dessa fração econômica. Mas, convém lembrar que as classes proprietárias não gostam de pagar os impostos. Cada uma delas prefere que as outras os paguem. Ora, os membros da fração hegemônica, embora saibam que a política lhes é favorável, tentam passar às outras frações de classe uma carga mais elevada. Existe o caso em que as reclamações se fazem com relação a certos segmentos do grande comércio; por exemplo, o segmento de máquinas agrícolas não toma em consideração o interesse do conjunto da fração comercial. Quanto à limitação do valor de créditos disponíveis, sabe-se que isso permite evitar que duas ou três grandes empresas monopolizem os recursos do banco estatal local.

A impulsão à renda interna no Piauí é dada cada vez mais pelos recursos governamentais obtidos das transferências federais. A aplicação dos recursos federais é feita, sobretudo, para o pagamento dos salários do pessoal estatal, que se tornou o principal setor do mercado local de consumo. Em 1967, 43% das receitas governamentais do Piauí provinham das transferências federais; em 1975, essas transferências aumentaram para 72%. Em 1996, quase 90% dos recursos governamentais – Imposto de Circulação de Mercadorias (ICM) e Fundo de Participação do Estado (FPE) – foram utilizados para pagamento do pessoal estatal. Durante os anos 1980/90, era frequente a situação em que o governo não podia pagar normalmente os funcionários.

Poder-se-ia dizer que esse seria um bom exemplo para a teoria da independência do Estado em face dos grupos privados, uma vez que a grande maioria dos recursos é utilizada em benefício do próprio aparelho estatal. Tomando por certo que todo Estado necessita de recursos para preencher sua função geral de manter a ordem social, favorecendo assim a todas as classes de proprietários, resta compreender-se por que em

certos períodos constata-se seja a expansão seja a redução dos recursos estatais ou do pessoal político-administrativo. No caso do Piauí, durante os anos 1960/90, é provável que a taxa de expansão do pessoal estatal não esteja ligada ao ritmo de desenvolvimento das forças produtivas locais. Vê-se, por exemplo, que a participação do “pessoal administrativo” do estado na População Economicamente Ativa (PEA) do Piauí é bem mais elevada que na PEA de São Paulo, estado de capitalismo mais desenvolvido. O impulso da expansão estatal no Piauí é muito mais externo, dado pelas transferências de recursos federais, aos quais se ligam, sobretudo, os interesses do capital comercial, importador de produtos de outras regiões ou mesmo de outras nações, uma vez que o capital produtivo local não dispõe da proteção de fronteiras para vencer a competição e realizar um processo de “substituição de importações”.

Os representantes da burguesia agroindustrial têm criticado as políticas sociais locais, dizendo que as mesmas não seriam oportunas, porque elas diminuiriam os recursos para o investimento na economia local. Por sua vez, o discurso dos representantes do comércio pode ser sintetizado na afirmativa de que as políticas sociais fazem parte da infraestrutura do desenvolvimento. De fato, há os casos em que os equipamentos sociais não eram utilizados pelo público. Havia escolas sem professores, hospitais bem equipados sem médicos, Centros Sociais Urbanos sem material de rotina ou habitações construídas com um tipo de material não apropriado às condições climáticas locais (foi o caso da UFPI). Era evidente que os objetivos das políticas sociais estavam menos ligados às necessidades das classes populares que aos interesses dos grupos econômicos – as empresas da construção e do comércio.

Essa constatação sobre as políticas sociais vem pôr em questão a tese segundo a qual, para que haja a aceitação da dominação, é necessário o sacrifício de vantagens da força dominante em proveito das forças dominadas. Diríamos, todavia, que é muito mais o contrário: existe a restrição e a reorganização dos interesses populares para torná-los compatíveis com aqueles da força hegemônica.⁵ Assim, faz-se necessário o apelo ao trabalho voluntário ou semivoluntário para as escolas ou os hospitais, a demanda aos usuários dos materiais para fazer funcionar os Centros Sociais, o encorajamento da reforma das

habitações populares pelos próprios habitantes.

A orientação nacional do modelo de desenvolvimento acelerado, renovada como regime militar, traduziu-se no Piauí dentro de uma linha de política compensatória que não foi capaz de sustentar um desenvolvimento capitalista da base produtiva local, como mostram as análises sobre a política agrícola/agrária. Os programas governamentais instauraram enclaves agroindustriais em certas áreas de intensos conflitos sociais, mas as consequências econômicas de tais programas foram insuficientes para mudar o fraco dinamismo do conjunto das forças produtivas locais, o que está de acordo com o interesse do capital comercial. Por outro lado, os programas governamentais deram impulso à renda local através da transferência de recursos nacionais e internacionais. Durante os anos de 1990, dentro da nova orientação nacional (a política neoliberal), os programas governamentais para o setor rural tornaram-se abertamente uma política de assistência à renda das populações pobres. O reforço exclusivo do consumo local é do interesse do capital comercial.

3 A postura de burguesia compradora periférica

O capital comercial de importação/exportação tende a se mostrar como burguesia compradora, isto é, como simples intermediária dos interesses externos (nacionais e estrangeiros).⁶ Isso significa que os representantes políticos dessa fração burguesa, no âmbito regional, não oferecem nenhuma resistência às políticas nacionais.

A apatia do bloco dominante no Piauí, sob a hegemonia do capital comercial, ficou patente quando: a) o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) foi inviabilizado no estado e não se levantaram protestos; b) não houve reações contra a burocratização que criava grandes obstáculos aos empréstimos da carteira agrícola do Banco do Brasil e nem contra o corte dos subsídios nacionais para a eletrificação rural. O sentimento de indiferença se difunde porque a fração economicamente mais poderosa não tem compromissos com as questões da acumulação interna.

O domínio regional de uma burguesia compradora – a exemplo do capital comercial – configura uma situação de “colonialismo interno” (transferência de capital e de mão de obra para uma região mais forte do país). Operamos com um conceito de “colonialismo interno” mais restrito. Ao

contrário de Ives Chalout,⁷ que faz equivaler o colonialismo interno à dependência interna ou imperialismo interno, distinguimos entre esses conceitos como marca de fases distintas do capitalismo no país. O colonialismo interno seria típico de uma fase em que a região periférica é captada pelo ciclo do capital-mercadoria do centro industrializado. A dependência interna (ou o imperialismo interno) seria específica de outra fase em que a relação interregional é estabelecida prevalentemente por meio do ciclo do capital produtivo da área central.⁸

O estado do Piauí, a partir da década de 1950, com o declínio de seu ciclo exportador e a inserção de sua economia agrícola no mercado regional, passou à condição de satélite da economia de Pernambuco. Somente a partir dos anos de 1960, com a pavimentação das estradas federais, o Piauí passou a sofrer predominantemente a polarização da metrópole nacional, São Paulo.

4 A dissociação entre a hegemonia política e o discurso ideológico

Indicamos que no Piauí dos anos 1960/90 o capital comercial se constituiu em força politicamente hegemônica, isto é, capaz de condicionar para os seus objetivos as políticas governamentais estaduais. Mas, esse conteúdo não é expresso pelo discurso que prevalece nas instituições políticas locais. Em seu lugar, encontra-se a proposição de que as políticas governamentais são (ou devem ser) guiadas pela “vocaçãõ agrícola” da economia local. Em outras palavras, o aparente interesse geral da coletividade local não é obtido pela referência às atividades comerciais, mas esta forma político-ideológica (“o interesse geral”) é construída em ligação às atividades agrícolas. A exemplo da expressão de representantes do comércio, “para sermos fiéis à nossa vocaçãõ histórica, o desenvolvimento da agricultura e da pecuária é imprescindível para o desenvolvimento combases sólidas”.⁹

Podemos tentar compreender essa dissociação entre o conteúdo da dominação política e sua expressão ideológica. Trata-se de explicar por que a burguesia comercial, força politicamente dominante, não dá aos seus interesses a forma do interesse geral, preferindo delegar esse trabalho ideológico aos membros da burguesia agrária. Um elemento de resposta é que existe a dificuldade das frações não produtivas do capital (comércio, bancos) a se mostrar na cena política como uma

referência para toda a coletividade, uma vez que suas atividades são mais abertas à crítica de serem “parasitárias”. A esfera das atividades produtivas do capital (agricultura, indústria) pode melhor ocultar a exploração do trabalho e em consequência aparecer como um espaço de interesses comuns. Por isso, os segmentos produtivos do capital são mais adaptados aos espaços da representação política supostamente geral, as Assembléias Parlamentares. Contrariamente, as frações não produtivas da classe capitalista têm uma presença menos aberta na cena política, preferindo como forma de ação o recurso aos *lobbies* que aos partidos políticos.¹⁰

Conclusão

O novo capital comercial (importador de bens industriais) constituiu-se em força economicamente preponderante e força politicamente hegemônica no Piauí das décadas de 1960/1990. Essa fração do capital detinha a maior rentabilidade na economia local e fazia valer os seus interesses como prioritários nas políticas do governo estadual. Fatores ligados ao seu ciclo tardio de economia agroexportadora e à sua fraqueza política no quadro da federação nacional foram determinantes do “atraso” industrial do Piauí e do consequente domínio do capital comercial.

Cabe uma indagação final: se o governo do PT no estado, a partir de 2002, teria alterado a hegemonia no interior da classe dominante local.

Notas:

- 1 Cf. Nicos Poulantzas, *Les classes sociales dans le capitalisme aujourd'hui*. Seuil, Paris, 1974, p. 138.
- 2 Cf. Agenor de Sousa Martins, *Piauí: evolução, realidade e desenvolvimento*. Teresina: Fundação CEPRO, 1979, pp. 144-49.
- 3 Cf. José Arimatéia Veloso Machado, Aspectos da situação financeira do Estado do Piauí. In: *Carta CEPRO*, Teresina, v. 8, 1982, p. 37.
- 4 Cf. Décio Saes, A questão da autonomia relativa do Estado em Poulantzas. In: *Crítica Marxista*, nº 7, 1998.
- 5 Cf. Francisco Farias, Frações burguesas e bloco no poder em Poulantzas. In: *Crítica Marxista*, nº 28, 2009.
- 6 Cf. I. Chaloult, *Estado, acumulação e colonialismo interno*. Vozes, Petrópolis, 1978.
- 7 Encontramos em Leonardo Guimarães Neto, *Introdução à formação econômica do Nordeste*, Editora Massangana, Recife, 1989, a distinção dessas duas fases de inserção da periferia no sistema capitalista dominante nacional.
- 8 Jesus Elias Tajra e Jesus Elias Tajra Filho, O comércio e a indústria no Piauí. In: R. M. Santana (org.), *Piauí: formação, desenvolvimento, perspectivas*. Halley, Teresina, 1995, p. 157.
- 9 Cf. D. Saes, Estado e classes sociais no capitalismo brasileiro dos anos 70/80. In: *República do capital*. Boitempo, São Paulo, 2001.
- 10 Cf. D. Saes, Estado e classes sociais no capitalismo brasileiro dos anos 70/80. In: *República do capital*. Boitempo, São Paulo, 2001.

***Professor do Departamento de Ciências Sociais da UFPI e doutorando em Ciência Política na UNICAMP.**

DEMOCRACIA PARA O DESENVOLVIMENTO HUMANO DA ÁFRICA

por Ricardo Ossagô de Carvalho*

O objetivo do presente *paper* é o de incorporar novos conceitos de análises acerca do relatório do desenvolvimento humano na África, com destaque para o atual crescimento econômico associado a performances macroeconômicas e ao avanço gradual ou retrógrado dos processos da democratização dos regimes políticos. Através do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), pode-se ter uma perspectiva das desigualdades que existem entre os países e, através dele, ordenar os países e verificar o grau do desenvolvimento em função de valores obtidos. A hipótese aqui examinada é a de que o continente africano assiste a uma transição econômica e política

complexa, uma vez que a sua inserção internacional no início desse novo século foi marcada por diferenças culturais extremamente complexas. Os dados serão analisados à luz do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e do avanço ou não da democracia política e dos regimes políticos.

Em primeiro lugar, é importante enfatizar, acima de tudo, que tanto a política quanto a democracia são importantes, assim como a economia, para o desenvolvimento pleno de um país ou continente bem-sucedido. Para um arranque do desenvolvimento, exige-se um crescimento equitativo, de modo consistente com os objetivos